

**ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA
UNIVERSIDADE ABERTA DO
BRASIL NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA**



Prezado Cursista,
Neste capítulo, pretendemos elaborar um entendimento da forma como estão organizados os diversos atores institucionais que formam parte do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. As instituições envolvidas no sistema possuem características regimentais e operacionais diferentes; portanto, esperamos esclarecer essas características e suas diferenças, para ajudar na formação de uma idéia clara do papel de cada um desses atores dentro do Sistema.
Boa Leitura!

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Deniele Pereira Batista* e José Aravena Reyes*

*“O senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho que devo tomar para sair daqui?”,
pergunta Alice.*

“Isso depende muito de aonde você quer ir”, responde o Gato.

Lewis Carroll, em Alice no País das Maravilhas

Todos nós, de uma maneira ou outra, temos vivenciado os problemas de implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Este novo projeto em escala nacional nada mais é do que um enorme esforço por tornar acessível a Educação Superior Pública em todas as localidades do Brasil. T tamanha empreitada claro que acarreta problema, exatamente pela sua grandiosidade.

A nossa proposta para as próximas páginas é que você, prezado Cursista, possa elaborar um entendimento mais amplo sobre os diversos aspectos da vida administrativa das instituições parceiras no Sistema UAB. Portanto, temos como objetivos para este capítulo:

- **fornecer instrumentos para um entendimento adequado da estrutura de cada um dos entes que compõem o Sistema UAB;**
- **possibilitar uma visualização dos encaminhamentos necessários para diversas situações enfrentadas nos pólos.**

Esperamos contar com sua ativa participação para poder atingir estes dois objetivos.

* Mestre em Educação, com pesquisas na área de construção de conhecimento e tecnologia. Professora do Centro Universitário da Cidade e da FACSUM. Assessora Pedagógica do Núcleo de Educação a Distância – NEAD/UFJF.

* Doutor em Engenharia, pesquisador em desenvolvimento de sistemas computacionais para EaD. Professor da Faculdade de Engenharia da UFJF. Coordenador Acadêmico do Núcleo de Educação a Distância desta mesma instituição.

1. INTRODUÇÃO

Em muitas oportunidades, ficamos com a impressão de que, ao administrar um pólo, diversos problemas poderiam ser facilmente resolvidos se os responsáveis pelo pólo tivessem um entendimento um pouco mais claro sobre como funciona a vida administrativa dos seus parceiros institucionais. Que se faz no outro pólo? Como os núcleos organizam um ou outro assunto? Qual o papel da Prefeitura na gestão do pólo? Que características inerentes a uma universidade parceira se aplicam também às outras? Ou seja, valiosas informações sobre o funcionamento de todo o sistema são de grande ajuda para se saber, minimamente, como proceder perante as situações que demandam um posicionamento por parte dos coordenadores e assistentes de pólo.

Neste capítulo, vamos fazer uma descrição de importantes aspectos sobre a estrutura organizacional de cada um dos atores institucionais que fazem parte do Sistema UAB, como por exemplo, o Sistema Federal de Ensino Superior, o próprio Sistema UAB e os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Esta abordagem descritiva se torna necessária em função da grande quantidade de situações problemáticas que se apresentam diariamente na vida dos pólos e que estão diretamente relacionadas à estrutura e aos ritos burocráticos das instituições parceiras.

Coordenadores de Pólo e sua equipe de apoio, geralmente, são chamados a dar respostas rápidas – e porque não dizer, definitivas – a cada uma dessas situações. O problema aparece, por vezes, em função da falta de informação ou do desconhecimento de certos procedimentos que são bem conhecidos no interior dos parceiros institucionais.

Um caso freqüente é o desconhecimento de alguns ritos burocráticos das instituições parceiras, que acabam invalidando o esforço empreendido em prol da solução desses problemas. Os procedimentos internos a cada instituição nos mostram as características específicas dessa instituição e, portanto, como se deve agir em função da sua estrutura. Cada instituição possui um conjunto de procedimentos que podem ser característicos do tipo em que ela se enquadra (como é o caso dos diversos procedimentos comuns a todas as universidades públicas) ou dela própria, em razão da sua singular realidade interna (como é o caso de procedimentos específicos da Universidade Federal de Juiz de Fora, que são diferentes em relação a outras universidades federais).

Outro aspecto que também afeta a resolução de problemas que surgem no dia-a-dia dos pólos é o desconhecimento das estruturas hierárquicas em função da distribuição de responsabilidades das unidades internas de cada ator institucional.

Muitas vezes, uma solução de um problema não pode ser fornecida exatamente porque quem recebe a situação problemática a ser resolvida não possui autoridade para fazê-lo. A forma mais apropriada de encaminhar os problemas passa por conhecer sobre as responsabilidades e a divisão delas dentro da estrutura hierárquica do sistema.

Também vamos descrever como funciona a relação entre a oferta e a demanda dos cursos do sistema, de modo a ter um entendimento claro da forma de crescimento que os pólos podem desenvolver em função da ampliação de oferta de vagas.

Outros aspectos importantes que serão abordados neste capítulo são a organização e as relações inter-institucionais que surgem com o modelo organizacional adotado na UAB, assim como a forma com que cada ator institucional se organiza internamente. Finalmente, vamos explicar os aspectos mais relevantes do Núcleo de Educação a Distância da UFJF – NEAD, onde se conduz grande parte das ações de Educação a Distância da nossa Universidade.

Esperamos que, a partir destas informações, os pólos tenham condições de subsidiar suas decisões nas suas atividades cotidianas.

2. OS PRINCIPAIS ATORES DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

A Universidade Aberta do Brasil foi concebida na forma de um Sistema, queremos dizer, de um arranjo que se organiza em função de um conjunto de elementos, com uma organização e procedimentos característicos.

Os membros deste sistema são as Instituições de Ensino Superior consorciadas, os Municípios onde existem pólos de apoio presencial, e os órgãos institucionais do governo Federal: MEC (Ministério da Educação) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior).

2.1 O Sistema Federal de Ensino

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), o Sistema Federal de Ensino é uma unidade de gestão que define as normas da gestão democrática do ensino público para instituições de ensino mantidas pela União; instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada; e dos órgãos federais de educação. Notadamente, a Universidade Federal de Juiz de Fora é mantida pelo Governo Federal através do Orçamento Geral e pode, portanto, ser considerada como

parte do Sistema Federal de Ensino e, também, em relação aos seus objetivos (os da Educação Superior), deve ser considerada como uma instituição de Ensino Superior do Sistema Federal de Ensino.

Cabe ao MEC, por lei, exercer as funções do Poder Público no que tange à educação. Para tal, conta com a colaboração do Conselho Nacional de Educação e suas Câmaras, de onde sai grande parte das resoluções e pareceres que regulamentam diversos aspectos da vida acadêmica nacional. O MEC se organiza mediante secretarias que definem um escopo de atuação baseado principalmente nas modalidades do sistema de ensino. Sendo assim, atualmente no MEC existem as Secretarias de:

- **Educação Superior;**
- **Educação a Distância;**
- **Educação Básica;**
- **Educação Especial;**
- **Educação Continuada;**
- **Educação Profissional e Tecnológica.**

As Secretarias organizam e operacionalizam o trabalho de articulação que o Ministério da Educação promove através das suas atribuições. Especificamente, a Secretaria de Educação a Distância, atua na inovação dos processos de ensino e aprendizagem, estimulando a adoção de Tecnologias de Informação e Comunicação e de técnicas e ferramentas pedagógicas de Educação a Distância. Um conjunto de programas faz parte do leque de ações institucionais desta secretaria. Algumas dessas iniciativas são:

- **ProlInfo (Programa Nacional de Tecnologia Educacional):** Destinado a introduzir o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas da Rede Pública.
- **Rived (Rede Interativa Virtual de Educação):** Visa à produção de conteúdos pedagógicos digitais na forma de objetos de aprendizagem, uma técnica que associa tecnologia e novas abordagens pedagógicas.
- **TV Escola:** Canal de Televisão do MEC que capacita os educadores da Rede Pública e permite que eles utilizem seus programas nas escolas que receberam um Kit de conexão que dá o acesso à programação.
- **UAB (Universidade Aberta do Brasil):** Visa à ampliação do sistema de Ensino Superior Público através da oferta de cursos superiores a distância em Municípios onde existe essa demanda.
- **E-Tec Brasil (Escola Técnica Aberta do Brasil):** Com proposta similar à UAB, visa à oferta de cursos de formação profissional técnica de nível médio a distância.

Cada secretaria, através dos canais institucionais apropriados, relaciona-se com os Estados e Municípios para articular as ações que visam ao atendimento dos seus objetivos. Para nós, prezado Cursista, sem dúvida, o Programa UAB representa a maior e a mais importante iniciativa de Educação Superior Pública a Distância no

Brasil. Por tal motivo e para seu maior conhecimento sobre o tema, na próxima seção será descrito como funciona a UAB.

2.2 O Sistema Universidade Aberta do Brasil

A Universidade Aberta do Brasil (UAB), como foi mencionado antes, é um Programa. Isto em parte pode ser entendido assim, porque representa uma ação ampla e que contém outras ações no seu interior, na forma de projetos de Educação a Distância. Regularmente são lançados editais para concorrer aos projetos do programa. Também é entendido como um Sistema em função da sua estrutura típica, a qual articula vários setores da administração pública para poder atingir seus objetivos.

A UAB tem como objetivo prioritário a formação de professores para a Educação Básica, mas se fundamenta em cinco eixos que direcionam sua ação para a expansão pública do Ensino Superior, aperfeiçoamento dos processos de gestão das Instituições de Ensino Superior; avaliação da Educação a Distância; contribuições para a pesquisa em Educação a Distância; e o financiamento da implantação da Educação Superior Pública a Distância.

Atualmente, a UAB é um programa da Diretoria de Educação a Distância da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), que se organiza em uma Diretoria Central e quatro coordenadorias:

- **Coordenação Geral de Supervisão e Fomento:** que tem entre outras, a função de definir os parâmetros e gerenciar a execução dos recursos financeiros;
- **Coordenação Geral de Articulação Acadêmica:** dedicada a supervisionar e a acompanhar a implantação da infra-estrutura dos Núcleos Institucionais UAB e seus cursos;
- **Coordenação Geral de Infra-estrutura de Pólos:** encarregada de supervisionar e acompanhar o desenvolvimento dos cursos nos pólos; e
- **Coordenação Geral de Políticas de Informação:** que define políticas que ajudem a promover o desenvolvimento e a implantação de sistemas de informação nas Instituições de Ensino Superior da UAB.

Cada Instituição de Ensino Superior do Sistema conta com um Coordenador Geral (e um vice-coordenador) para articular a comunicação entre as IFES e a Diretoria Geral da UAB na CAPES. Além de toda essa estrutura, o sistema é composto por Pólos de Apoio Presencial (que atuam como centros de acesso ao sistema UAB nos Municípios que integram o sistema) e os Núcleos Institucionais.

Como República Federativa, Estados e Municípios gozam de autonomia administrativa, podendo escolher seus líderes e tomar suas decisões baseadas no grande pacto da União representado pela Constituição Brasileira.

Estados e Municípios possuem poder para votar suas próprias leis estaduais e municipais.

O Estado é a unidade Federativa do Brasil e possui Assembléia Legislativa; já o Município é constituído pela Prefeitura e a Câmara Municipal, onde são votadas as questões de interesse do Município.

Em termos de responsabilidade pela Educação, atribui-se a responsabilidade principal pelo Ensino Superior à União, enquanto ao Estado se atribui a responsabilidade pela Educação Básica e ao Município aquele referente ao Ensino Fundamental.

De forma similar ao que acontece na esfera federal, cada Estado e Município se organiza em torno das secretarias que podem trabalhar focando mais suas ações e articulando entre si iniciativas de interesse comum. É comum encontrar, dentro do sistema UAB, uma articulação bem fluida através de certas Secretarias, a qual permite dar uma consistência às ações de ordem federal que atingem o Município. É nos Municípios que são estruturados e mantidos os pólos de apoio presencial da UAB, o que mostra que uma boa relação entre UAB e prefeitura pode consolidar a proposta de acesso ao Sistema de Ensino Superior Público.

2.3 Organização da Oferta e da Demanda de Cursos do Sistema UAB

Muitas das dúvidas relacionadas ao Sistema UAB têm origem na falta de informações sobre como é definida a oferta de cursos nos pólos UAB. Pois bem, antes de chegarmos a este assunto foi necessário apresentar um pouco os atores envolvidos no Sistema, porque em grande parte as decisões em relação a esse aspecto foram tomadas de modo a estruturar a oferta de cursos UAB em um país onde a Educação a Distância pode ser considerada uma iniciativa nova, e como tal, audaciosa em relação aos seus resultados.

Existe uma meta fundamental para a UAB que se reflete em termos de número de pólos e número de alunos atendidos no sistema: até 2011, devem ser criados 1000 Pólos de Apoio Presencial e deve-se ter 100.000 alunos atendidos no Sistema.

Logicamente, para atender a esses números é preciso uma estrutura extremamente sólida, o que foi concebido a partir de uma metodologia que privilegiou a organização dessa oferta mediante chamadas públicas para a composição de pólos de apoio presencial e de cursos a serem ofertados no sistema.

Tais editais são conhecidos como o Edital UAB 1/2005 e UAB 2/2006, cada um destinado a estruturar um conjunto da oferta para o Sistema UAB.

Ambos editais são similares e neles há duas seções, ou melhor, duas chamadas: uma para a implantação de pólos UAB e outra para a oferta de cursos por parte das Instituições Públicas de Ensino Superior. Cada projeto, seja de pólo ou de curso, é remetido à UAB em Brasília, onde é analisado separadamente.

Num processo relativamente rápido, as condições de cada Município que se candidata a ter um pólo de apoio presencial são analisadas in locu, permitindo aos avaliadores formarem uma idéia relativamente clara do potencial do Município para adotar e manter o sistema, e claro, do grau de comprometimento dos seus dirigentes em torno do projeto. Esta avaliação pode acarretar a aceitação do proponente no sistema, integralmente, condicionada a modificações a serem feitas até uma data prevista na avaliação ou mesmo a não aceitação do candidato no sistema.

Num processo relativamente similar, as Instituições de Ensino Superior, seja a partir de um processo induzido ou espontâneo, canalizam através dos seus representantes UAB o envio dos projetos de curso a Brasília. Em função das características autônomas e da dinâmica própria das Instituições de Ensino Superior Público, a ação institucional passa muitas vezes pela organização de grupos em torno de projetos de cursos, pois em definitivo são esses agentes que efetivamente irão ministrar os cursos contemplados pelos editais. Sem eles qualquer projeto se torna vazio e sem base sólida.

A organização logística dos cursos e dos pólos tem sido realizada pela Coordenação da UAB em Brasília (antigamente como parte da Secretaria de Educação a Distância do MEC). Os dados da oferta dos cursos e da demanda dos Municípios são cruzados e finalmente é composta uma tabela com a oferta final de cursos e pólos UAB. É comum verificar, na composição final, que um determinado Município pode receber um ou mais cursos de uma ou mais instituições de ensino. De forma similar, as instituições de ensino geralmente atendem a mais de um pólo com um ou mais cursos.

Finalmente, após a alocação final de cursos e pólos mediante os editais lançados em 2005 e 2006, cada pólo ganha certa autonomia para requisitar a oferta de novos cursos a qualquer instituição que possa e tenha o interesse em ofertá-los. Por outro lado, as instituições devem ofertar de forma regular, se assim o exigirem os pólos, os cursos que foram ofertados nestes editais. Com isso, fica definida uma lógica de ampliação e consolidação do sistema, garantindo-se uma oferta mínima e com possibilidades de negociação para a oferta de novos cursos.

3. ORGANIZAÇÃO DOS ATORES INSTITUCIONAIS DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Já que foi descrito na seção anterior como se articulam os atores institucionais para a oferta dos cursos a distância, vamos agora entrar um pouco mais fundo na questão da forma como cada um deles se organiza, seja ou não em função da oferta de cursos a distância.

3.1 Como funciona a UAB?

Como foi explicado anteriormente, a UAB tem sua coordenação geral na CAPES, oriunda da Secretaria de Educação a Distância do MEC. Fora os coordenadores gerais de cada sub-área de atuação da UAB, esta conta com um corpo de assessores e auxiliares que se ocupam com as demandas dos vários cursos que foram criados na estrutura do sistema. A ponte principal estabelecida entre a UAB e seus cursos é realizada pelos demais coordenadores do sistema. Esses coordenadores podem ser categorizados como:

- **Coordenadores UAB nas instituições**
- **Coordenadores de Pólos**
- **Coordenadores de Curso**

Os **coordenadores UAB nas instituições** possuem uma estreita relação com a UAB, sendo eles responsáveis em grande parte pela disseminação das políticas e informações vindas de Brasília. Dado seu caráter mais administrativo, os **coordenadores de pólo** estabelecem o vínculo entre a UAB e seus respectivos Municípios. Inclusive, recentemente, em reunião ampliada, a UAB fez um grande encontro de coordenadores para levantar alguns aspectos importantes para a articulação apropriada dos coordenadores de pólo e os órgãos municipais. Os **coordenadores de curso**, embora respondam diretamente ao coordenador UAB na instituição, também são chamados a diálogos interinstitucionais diretamente com a UAB, de modo a organizar aspectos dos seus respectivos cursos a partir de uma perspectiva supra-institucional.

Um ator importante no sistema UAB é o FNDE, que é o responsável pelo pagamento das bolsas UAB. Regularmente, e numa data predefinida, todas as instituições enviam os pedidos de pagamento de bolsas à UAB, a qual imediatamente e sem qualquer intervenção repassa as informações para o FNDE, seja para solicitar o pagamento de um novo bolsista ou para confirmar o pagamento de outro bolsista já cadastrado no sistema. Muitas pessoas pensam que o responsável pelo pagamento das bolsas do Sistema UAB é a instituição, mas, na verdade, esta última somente elabora as listas mensais dos beneficiários do sistema. Por outro lado, regularmente, as instituições recebem financiamento público para alavancar diversas iniciativas relacionadas com a implantação e a consolidação da Educação a Distância. Dentre estas iniciativas,

capacitação e aparelhagem dos núcleos institucionais são ações amplamente apoiadas pela UAB.

Recursos financeiros do FNDE são liberados através da UAB para cada curso a partir da especificação anual das suas demandas. Isto é realizado principalmente considerando a elaboração de material pedagógico (bolsas e serviços de terceiros), a oferta dos cursos (bolsas para professores e tutores), transporte, avaliação da aprendizagem no local, seleção de quadros, etc. A forma final da demanda de recursos é uma planilha padrão da UAB, que é enviada ao MEC para análise (modificação, se necessário) e aprovação.

Como parte da estrutura de recursos computacionais da UAB, foi adotado o MOODLE para dar mais agilidade às interlocuções entre seus membros. O ATUAB (Ambiente de Trabalho da UAB) é um espaço para a troca de informações entre os coordenadores da UAB.

Todos estes elementos, sem prejuízo de outros que também são utilizados para atingir seus objetivos, caracterizam o modo de funcionamento da UAB. Nas seções seguintes vamos descrever um pouco como funcionam os pólos e a Universidade Federal de Juiz de Fora.

3.2 Os Pólos de Apoio Presencial

Os pólos de apoio presencial talvez sejam o elo mais importante dentro do Modelo UAB, pois são a linha de frente de grande parte dos processos relacionados com os alunos e, de certa maneira, materializam a idéia de universidade nos Municípios onde eles estão presentes. Estes pólos possuem infra-estrutura apropriada para todas as atividades a distância e servem como espaço de trabalho para tutores, alunos e professores, especialmente nos períodos próximos a provas e avaliações. Os pólos contam com uma equipe técnica apropriada para seu funcionamento: analistas de sistema, apoio administrativo e logístico.

O coordenador de pólo é o responsável pelo correto funcionamento do pólo. É dele a tarefa principal de organização e utilização do espaço por parte de alunos e professores.

A consolidação da infra-estrutura do Pólo é responsabilidade, principalmente, dos órgãos municipais. No último edital lançado para a composição dos pólos de apoio presencial da UAB, por exemplo, ficou clara a necessidade de mostrar a sustentabilidade financeira e orçamentária para a manutenção dos mesmos. Além do anterior, também no mesmo edital foi solicitada, para fins de avaliação, uma descrição dos recursos materiais e humanos para a execução das tarefas relacionadas à oferta dos cursos do sistema. De fato, após uma simples leitura, pode-se concluir que o grande beneficiário (e, portanto, o grande interessado) na consolidação de um pólo é o próprio Município, uma vez que a partir de uma estruturação sólida do pólo é possível pensar na ampliação da oferta dos cursos. Ou seja, se um pólo se consolida de forma

eficiente e sólida, tem em curto prazo possibilidades de expandir seus horizontes a partir de novos cursos, seja de uma ou de várias instituições de ensino.

Existe também, desde o início da UAB, a idéia de que o pólo não deveria se restringir a ações de apoio aos cursos e, sim, ter uma atuação como um centro de apoio a todas as atividades de desenvolvimento dos professores da rede pública do Município. Pólos foram idealizados como “Casa do Professor”, de modo a oferecer uma infra-estrutura básica para dar auxílio ao professor em torno das suas próprias demandas, sejam estas de aprendizagem, cultura ou outras. Inicialmente, também, os pólos foram associados a uma idéia de espaço de integração com a comunidade local para promover desenvolvimento regional. Ou seja, a partir do uso da infra-estrutura disponível no pólo, poder-se-ia articular demandas de uso da sociedade direcionadas a processos de geração de renda e riqueza. Obviamente, por envolver dinheiro público, esta última proposta requer estudos detalhados para sua implantação.

Estes últimos exemplos, nada mais fazem do que confirmar a vocação de desenvolvimento que carrega um pólo do Sistema UAB. É necessário considerar com muito interesse todas as articulações que um pólo pode alavancar em prol do desenvolvimento regional. Uma delas, claramente possível de implementar, é a diversificação das atividades acadêmicas com os parceiros institucionais do Sistema.

3.3 Como funciona a UFJF?

A Universidade Federal de Juiz de Fora, como qualquer outra universidade pública, caracteriza-se pela adoção de princípios de gestão democrática, o que significa que suas decisões são colegiadas. Existe um conjunto de normas e regulamentações que as universidades públicas utilizam para dar andamento aos seus processos internos. Em função dessa burocracia, um conjunto de ritos deve ser respeitado para que sejam executadas algumas ações na Universidade.

A estrutura organizacional da Universidade se baseia na existência de órgão e unidades acadêmicas. As Unidades Acadêmicas (Faculdades, Institutos, Centros) são geralmente organizadas em termos de áreas de conhecimento e compostas por unidades administrativas menores chamadas de departamentos. Unidades são geridas por um Diretor, enquanto Departamentos são geridos por um Chefe de Departamento. Cada Unidade tem seus departamentos e são estes últimos os que se encarregam da oferta de disciplinas para os cursos, os quais, por sua vez, também são associados a certas unidades. Embora o avanço de uma perspectiva interdisciplinar do ensino superior seja lento, ainda hoje podemos encontrar situações onde não resulta evidente a relação entre unidades acadêmicas e cursos. Departamentos e Unidades possuem órgãos colegiados para a tomada de decisões. Das decisões do Conselho Departamental, presidido pelo Chefe de Departamento, cabe recurso hierárquico no Colegiado da Unidade, presidido pelo Diretor da mesma. Paralelamente, existe também um órgão colegiado, chamado de Colegiado de Curso, presidido pelo coordenador do curso, onde são discutidas e decididas questões relacionadas a um

curso. Departamentos e Cursos possuem representação no seu respectivo Conselho de Unidade.

Também fazem parte da estrutura organizacional da Universidade os órgãos ligados diretamente à administração superior, como é o caso das pró-reitorias e outros órgãos suplementares. Todas as pró-reitorias também têm seus órgãos colegiados, chamados de Conselhos Setoriais, presididos pelos respectivos pró-reitores, para decidir sobre assuntos de sua alçada. Geralmente, questões relacionadas a cursos são decididas nos conselhos de graduação (da pró-reitoria de graduação) ou de pós-graduação (da pró-reitoria de pós-graduação).

O órgão superior máximo da Universidade Federal de Juiz de Fora é o Conselho Superior, presidido pelo Reitor, onde são representados todos os órgãos e unidades da Universidade. Nele, são tomadas as decisões mais importantes como são a criação ou a extinção de cursos e unidades ou de departamentos.

A vida universitária é organizada por dois documentos onde se encontra regulamentada a maior parte das ações internas. Um desses documentos se chama Estatuto, que define normas e papéis dos agentes internos, enquanto o outro se chama Regimento, onde são normatizados diversos procedimentos típicos do fazer da UFJF. A graduação, por ser uma modalidade extremamente consolidada através do tempo, possui um documento chamado de RAG (Regimento Acadêmico da Graduação), que define grande parte dos procedimentos típicos dos cursos de graduação. Não existe um documento similar para a pós-graduação, embora diversos documentos regulem a vida de cursos de pós-graduação *lato e strictu sensu*.

A representação estudantil também apresenta um papel importante dentro da estrutura representativa da Universidade. Cada instância colegiada tem representantes estudantis, inclusive o Conselho Superior.

Certamente, a Educação a Distância é um capítulo separado na regimentação da vida acadêmica, e isto se deve principalmente ao fato de ela ter sido incorporada como uma prática regular recente dentro do Ensino Superior Público; por tal motivo, a próxima seção será mais ilustrativa para auxiliá-lo a entender como a Educação a Distância ganha vida dentro da Universidade Federal de Juiz de Fora.

3.4 Os Núcleos Institucionais de Educação a Distância

Os núcleos são caracterizados dentro de uma Universidade como espaços acadêmicos que reúnem professores de várias áreas para desenvolver uma dada linha de trabalho. Porém, os núcleos de Educação a Distância passaram a ter uma conotação institucional diferenciada quando foram incorporados como parte fundamental da estrutura da UAB. Grande parte dessa importância tem origem na própria UAB, pois esta promoveu o aparelhamento e o apoio a tais núcleos. A UAB é considerada um sistema, e por tal motivo não pretende se apresentar como uma estrutura paralela daquela que existe nas universidades. Para a UAB é necessário reforçar os vínculos institucionais e promover a integração da Educação a Distância dentro das Universidades. Como parte da estrutura do sistema UAB, os núcleos favorecem a coordenação dos diversos cursos das universidades e, portanto, a idéia de uma perspectiva institucional da educação a distância.

Desta forma, os núcleos passam a ter um papel fundamental na articulação de soluções dentro do Sistema. Como exemplo, podemos citar a decisão de capacitação dos atores do sistema através de programas institucionais coordenados pelos núcleos institucionais.

Na UFJF, o Núcleo de Educação a Distância – NEAD – existe de fato desde o ano de 2005, quando foram criados os primeiros cursos de graduação a distância da UFJF. Posteriormente, em função dos editais do sistema UAB, o NEAD sofreu uma reestruturação e crescimento sem precedentes.

Para poder atender a enorme carga de trabalho originada do crescimento do sistema, o NEAD adotou várias iniciativas estruturantes que levaram a uma implantação bem sucedida da Educação a Distância na UFJF.

Atualmente, o NEAD é organizado a partir de uma Coordenação Geral e três coordenações que hierarquicamente respondem à primeira:

Coordenação Administrativa e Financeira: que cuida de todos os processos administrativo-burocráticos das tarefas rotineiras do núcleo, incluindo a articulação de compras, logística e produção de material e pagamentos de benefícios e contratos.

Coordenação Acadêmica: que se envolve principalmente com a implantação de políticas e normas acadêmicas que permitam o correto funcionamento das atividades acadêmicas dos atores envolvidos na oferta dos cursos, incluindo a capacitação dos atores, lançamento de editais e elaboração de calendários, assim como na proposta e execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento acadêmicos (como por exemplo, a avaliação do sistema).

Coordenação Tecnológica: preocupada com o correto funcionamento e suporte de todos os sistemas computacionais e recursos tecnológicos necessários para a realização das atividades relacionadas à Educação a Distância, incluindo o suporte do sistema de ensino e aprendizagem, implementação de soluções computacionais para as demandas do núcleo, dimensionamento e estruturação dos recursos tecnológicos.

Estas coordenações se articulam através de uma perspectiva sistêmica, que se concretiza num plano de gestão que visa ao atendimento gradual de objetivos de qualidade.

Para dar suporte a todas as ações oriundas do NEAD ou dos cursos que esta modalidade de educação congrega, o NEAD conta com um corpo de assessores e assistentes que atuam conjuntamente com as suas coordenações.

Especificamente, a Secretaria do NEAD, composta de 3 funcionários dedicados integralmente a atender e a coordenar as ações internas e externas, funciona como a grande face do NEAD exposta ao público externo.

Internamente, o NEAD também conta com:

- **Assessoria de Comunicação;**
- **Assessoria Didática Pedagógica;**
- **Assessoria Financeira;**
- **Registro Acadêmico e**
- **Equipe Interdisciplinar de Desenvolvimento de Materiais Didáticos.**

Finalizando...

Esperamos que este breve panorama do sistema Universidade Aberta do Brasil na Universidade Federal de Juiz de Fora tenha ajudado você a entender melhor o porquê de algumas situações e também como se posicionar perante outras. Certamente, devemos lembrá-lo das dificuldades da implantação da Educação a Distância no Sistema Público de Ensino, pois em função dessas dificuldades muitas situações inusitadas podem surgir no dia-a-dia de um pólo e muitas delas devem requerer nosso cuidado e atenção, mesmo que pareçam insignificantes.

Mas a conversa continua...

Dois documentos interessantes podem ser encontrados dentro do material do curso: o Regimento e o Estatuto da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tais documentos são de grande ajuda para o entendimento do funcionamento da Universidade. Uma boa leitura no conteúdo deles ajudará em muito nos momentos de dúvida.

Boas pesquisas também podem ser realizadas nos respectivos sites do NEAD (www.nead.ufjf.br), da UFJF (www.ufjf.br), da CAPES (www.capes.gov.br) e também, é claro, do MEC (www.mec.gov.br).